



“Eu, mulher negra camponesa, resisto”: reflexões iniciais sobre as agricultoras negras do Projeto Territórios Livres/ABA

“Yo, negra campesina, resisto”: reflexiones iniciales sobre las campesinas negras del Proyecto Territórios Livres/ABA

NASCIMENTO, Rosânia do¹; BERNARDO, Marina Augusta Tauil²; PEREIRA Auda³; ALMEIDA, Fernanda Savicki de⁴; MAIA, Marina Murta⁵

¹Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ), rosaniaoliveira01@gmail.com; ² Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia na UFPR, marina.atb@gmail.com; ³ Agroecóloga, audapereira27@gmail.com; ⁴ Pesquisadora Fiocruz-CE, fersavicki@gmail.com ⁵ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), murta.mar@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: Inspirada no poema “Eu, mulher negra, resisto”, da escritora Alzira Rufino (1988), este trabalho tem por objetivo principal apresentar reflexões sobre as agricultoras negras do projeto intitulado “Construção de Territórios Livres: mulheres e seus quintais produtivos no combate ao uso de agrotóxicos e referência à Agroecologia” (ABA). A metodologia se apoia em dados quanti-qualitativos que revelam os resultados da pesquisa e extensão realizadas entre 2021 e 2022 em dois estados do Nordeste brasileiro. A partir do questionário e feitura de histórias de vida das agricultoras, a autodeclaração racial e os desafios enfrentados em seu cotidiano são articulados ao debate sobre o mito da democracia racial nos contextos rurais, algo pouco abordado na literatura. Afinal, de quais mulheres negras estamos falando? Qual o espaço para as mulheres negras de contextos rurais e/ou de povos e comunidades tradicionais? Desse modo, o protagonismo das assentadas do projeto leva-nos a refletir sobre a necessidade da interseccionalidade de gênero, classe e raça no fortalecimento de uma agroecologia feminista e antirracista como projeto de transformação social.

Palavras-chave: mulheres negras; agricultoras; agroecologia; gênero e raça.

Introdução

O projeto “Construção de territórios livres: mulheres e seus quintais produtivos no combate ao uso de agrotóxicos e referência à Agroecologia”, reconhecido como Projeto Territórios Livres, desenvolvido pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) com apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, realizou a primeira fase da pesquisa e extensão entre 2021 e 2022 em dois estados do Nordeste brasileiro, Pernambuco e Paraíba. O projeto estabelece relações e parcerias com associações comunitárias, entidades locais, movimentos sociais, instituições de ensino superior e prefeituras municipais em prol de construções de



locais de comercialização de produtos agroecológicos, denominados Espaço Agroecológico Territórios Livres.

O campo na área rural ocorreu nos municípios de Boqueirão, Alcantil, Caturité e Caraúbas, no Território Cariri Oriental Paraibano; Alagoa Nova, Lagoa Seca, Remígio e Areia, no Território da Borborema. Em Pernambuco, o campo foi realizado em comunidades rurais no município de Lagoa de Itaenga e nos Assentamentos Chico Mendes I e II, Ismael Felipe e Nova Canaã, o chamado Complexo Prado situado no município de Tracunhaém, Zona da Mata Norte. No total, foram entrevistadas cerca de 26 agricultoras do estado da Paraíba e 12 agricultoras do estado de Pernambuco.

Diante das questões relacionadas à autodeclaração de raça e cor/etnia destas mulheres, interrogamos: como as mulheres negras rurais articulam o posicionamento político de sua negritude? Como os critérios de raça e cor/etnia adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Estatuto da Igualdade Racial são operados em contextos rurais? Nossos objetivos principais circunscrevem algumas reflexões iniciais sobre a autodeclaração de mulheres negras em contextos rurais à luz da interseccionalidade de raça, gênero e classe surgidas durante o campo e, posteriormente, reverberadas na feita das histórias de vida das agricultoras que participaram do referido projeto. Ademais, visamos relacionar as respostas dadas ao mito da democracia racial que camufla o racismo na sociedade brasileira, dificultando o acesso dessas mulheres negras a melhores condições fundiárias, sociais e políticas.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a de pesquisa descritiva de abordagem quali-quantitativa, de modo apresentar e refletir as respostas relacionadas à autodeclaração de raça e cor/etnia dadas aos questionários por agricultoras autodeclaradas negras durante as entrevistas realizadas para coleta de dados, em uma amostra de 36 mulheres, pela equipe do Projeto “Território Livres” nos estados da Paraíba, entre agosto de 2021 à setembro de 2022. A opção por tal procedimento metodológico decorreu da necessidade de apresentar, enumerar e explorar as dimensões das realidades estudadas (TRIVIÑOS, 1987).

Resultados e Discussão

Durante o questionário aplicado nos estados de Pernambuco e Paraíba, a equipe do Projeto Territórios Livres adotou o critério de raça e cor/etnia adotado no Censo Demográfico organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, o artigo I, inciso IV, Lei nº 12. 288 de 20 de julho de 2010, Estatuto da Igualdade Racial, define a população negra brasileira como: “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010, p. 13). No entanto, a classificação adotada na produção de dados estatísticos produzidos pelo Estado brasileiro, e



estendido ao âmbito de iniciativas privadas, foi fundamentada em disputas políticas protagonizadas por movimentos sociais negros.

Sueli Carneiro (2023) esclarece que os conceitos de raça e racismo são oriundos dos movimentos sociais políticos negros iniciados na década de 1970. Para a filósofa, neste lapso iniciam-se os estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil, portanto, ao se analisar a estratificação social, percebeu-se o peso destas variáveis na realidade concreta. Isto posto, a similitude dos indicadores sociais observados a partir dos dados censitários confirmou certa discrepância dos agrupamentos pardos e pretos comparados ao grupo dos brancos. Nesse contexto, a categoria política negro passou a compreender pessoas autodeclaradas pardas e pretas, portanto, conformando a população negra.

O quesito cor e raça atribuído à população negra foi subtraído dos censos demográficos ao longo do século XX. Importante frisar que a alegação por parte dos órgãos do Estado referia-se às dificuldades de ordem técnica, afinal, “como decidir o que vem a ser preto, pardo ou branco em regiões tão diferentes como Bahia e Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul?” (GONZALEZ, 2020, p. 70). Ainda conforme a autora, a intenção visava apagar e escamotear a situação de miséria e desamparo sofrido pelas mulheres negras. O impasse que se seguiu por décadas para definir as categorias censitárias provocou a negação da negritude da população e, conseqüentemente, as dificuldades no acesso aos direitos fundamentais e sociais.

Nesse sentido, produções científicas, como as construídas por Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (2011) e Djamila Ribeiro (2017) têm analisado tais implicações denunciando a repercussão dos estigmas e estereótipos racistas e sexistas que colocaram o segmento de mulheres negras de forma subalterna e subserviente na base da pirâmide socioeconômica, tendo o topo ocupado por homens brancos. De acordo com Gyne Santos e Sandra Regina Sales (2018, p. 42), “o mito da democracia racial carrega de modo ideologicamente sofisticado a idiosincrasia eufemista responsável pela camuflagem do racismo na sociedade brasileira” (SANTOS e SALES, 2018, p. 42), o que nos convoca a destituir de construções históricas que legitima o referido mito, evidenciando o racismo institucionalizado que surge como um movimento ideológico e intencional de naturalizar a violência simbólica que atinge diretamente o segmento negro feminino brasileiro (*Op. cit.*).

Desse modo, os desafios que se apresentam de forma necessária e urgente para o surgimento de uma agroecologia feminista e antirracista como um projeto de transformação social, residem na compreensão de que a categoria “mulher” não dá conta da diversidade de todas as mulheres. Nem que os critérios de raça e cor/etnia adotados pelo IBGE e o Estatuto da Igualdade Racial abrangem todos os contextos brasileiros, pois a “universalização da categoria mulher não dá conta da diversidade das mulheres negras, indígenas, das mulheres latino-americanas, uma vez que a opressão racial sofrida pelas mulheres dos países colonizados não é considerada” (RIBEIRO, 2017, p.23).

A partir dessa perspectiva, as questões de gênero devem ir além do que apenas quantificar o número de agricultoras negras participando das atividades de um projeto, mas sim refletir sobre a autodeclaração da mulheres negras surgidas durante o campo, pois a segregação racial instituída no Brasil inclusive reverbera no



processo de aceitação por pessoas negras de suas próprias origens e ascendência africana. Nesse sentido, o racismo leva a pessoa negra a um estado de frustração que “lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho” (NASCIMENTO, 1980, p. 44), o que reverbera na feitura das histórias de vida das mulheres negras, assim como, das agricultoras que participaram do referido projeto.

Assim, passamos a seguir à análise ressaltando as histórias de vida das agricultoras. Ao longo da feitura do e-book *Territórios Livres*, no prelo, o depoimento da agroecóloga Auda Pereira, uma das pesquisadoras do nosso projeto e agricultora do Assentamento Chico Mendes, no município de Tracunhaém-PE, reforçou a necessidade de refletirmos sobre as mulheres negras agricultoras envolvidas nas ações de pesquisa. Em determinado trecho, ela acrescentou: “Inicialmente, comecei a participar do projeto desestimulada me perguntando o porquê de ser convidada para participar de um projeto tão importante como esse e agora com os olhos cheios de lágrimas ao escrever este texto vejo como tenho superado tantos medos e anseios, sinto que cresci como pessoa ao longo de todos esses processos vividos coletivamente. Jamais havia imaginado que uma mulher negra, assentada da Reforma Agrária, filha de agricultora, pudesse alcançar tantos lugares e se reconhecer como um ser humano capaz de fazer aquilo que deseja, pois só basta querer e lutar para conquistar”, disserta.

No caso de Maria Pequeno, agricultora residente do município de Alagoa Nova-PB, a consciência crítica advém da participação em movimentos como a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Para a agricultora, “quando uma mulher está sofrendo, estamos todas nós sofrendo juntas, o racismo e a discriminação recaem sobre três classes: mulheres, pobres e negras”, conclui. Como argumentado por Emma Siliprandi (2015), essas agricultoras elaboram pensamentos reflexivos a partir da análise das opressões enfrentadas em seu cotidiano familiar e comunitário. Muitas vezes, elas notam o tratamento individual como parte de questões gerais, haja vista que Maria Pequeno observa que persiste uma problemática estrutural na sociedade brasileira - o racismo -, ao passo que identifica que as mulheres negras pobres são vulnerabilizadas quando se referem à discriminação racial.

Em Pernambuco, na área rural do município de Lagoa de Itaenga, a autodeclaração de Maria de Fátima de Souza chamou atenção, pois ela respondeu o questionário da pesquisa afirmando-se preta e, na verdade, orgulhosamente se autodeclarou no diminutivo. A pele escura denota as marcas de quem teve que lidar desde muito cedo com a exploração do trabalho e, por consequência, com as opressões históricas e sociais que cercam as mulheres negras. Na atualidade, a agricultora enfrenta alguns problemas de saúde decorrentes do trabalho exaustivo iniciado na infância. Como afirma Lélia Gonzalez (2020), a partir dos dados coletados em uma pesquisa realizada com mulheres negras de baixa renda na década de 1980, raramente essas mulheres começaram a trabalhar na fase adulta, pelo contrário, especialmente as mulheres rurais da região Nordeste ou interior de Minas Gerais e Rio de Janeiro, engrossaram as fileiras da exploração do trabalho desde a tenra idade. Como visto no Projeto, elas relatam que trabalhavam na roça



com a família, à medida que cresciam, as tarefas compreendiam a “ajuda” em casa ou, em determinados casos, eram absorvidas no trabalho doméstico nas cidades.

No Assentamento Ismael Felipe, situado na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, a agricultora Maria José de Lima respondeu a autodeclaração afirmando-se uma mulher negra muito orgulhosa das suas raízes. Ao longo da entrevista, acrescentou que passou nove anos “debaixo da lona preta”, revelando o histórico racial no acesso à terra. Assim, baseado nos dados do Censo Agropecuário de 2017, Fabrina Furtado, Karina Kato e Orlando Barros Junior (2022, p. 9-10) argumentam que a desigualdade fundiária no Brasil se acentua à medida em que se considera as opressões suscitadas pelo racismo e patriarcado. Nesse sentido, os autores concluem que “os dados existentes mostram claramente que a maior parte dos patrimônios fundiários está sob domínio de homens brancos e em áreas mais valorizadas, não raro, sobre as quais avança a fronteira agrícola”.

Voltando ao Cariri Oriental, no sítio de Luís Gomes, no município de Caraúbas-PB, apresentamos a agricultora Rosinete de Freitas Bezerra. Antes de se instalarem na pequena propriedade em que moram atualmente, ela e o marido trabalharam por mais de duas décadas como família agregada em latifúndios da Bahia. O casal é oriundo de famílias despossuídas de terra, mas esteve na condição de parceiros ou agregados, portanto, ao retornar para a Paraíba, em 2009, restituiu o direito ao acesso à terra negada a seus antepassados. Consciente disso, Nega defende: “sempre fui da roça, a mãe teve e criou a gente na roça, tudo que eu sei hoje, olho pra trás e digo: tudo isso foi mãe que me deu, deu o saber para eu aprender que trago comigo até hoje”.

Conclusões

Neste trabalho, apresentamos as reflexões iniciais acerca da autodeclaração racial das agricultoras do Projeto Territórios Livres, desenvolvido em parceria pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Fundação Heinrich Böll Brasil. Tendo em vista a metodologia apoiada em dados quanti-qualitativos, com base na análise dos dados coletados e nas histórias de vida produzidas em parceria com as agricultoras do referido projeto, surgiu a necessidade de refletir à luz da interseccionalidade de gênero, raça e classe sobre as especificidades das agricultoras negras.

Assim, urge a necessidade do fortalecimento e conscientização dessas mulheres negras rurais sofridas com os impactos do racismo disseminado em nossa sociedade, mas agravado pelas desigualdades fundiárias, sociais e políticas. Nesse sentido, evidenciamos a importância de políticas públicas alinhadas à economia feminista antirracista direcionadas para mulheres do campo.

Agradecimentos

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Fundação Heinrich Böll Brasil pelo importante projeto desenvolvido e a todas as agricultoras que seguem (re)existindo em seus territórios.



Referências bibliográficas

BRASIL, **Estatuto da Igualdade Racial**: Lei n. 12. 288, de 20 de julho de 2010. Brasília-DF: Edições Câmara, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2023.

DAMASCO, Fernando; ANTUNES, Marta. Encontro de geografias no mapeamento censitário de localidades indígenas e quilombolas. *In*: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro-RJ, v. 65, n. 2, p. 2-24, jul./dez. 2020, pp. 1-23.

FURTADO, Fabrina; KATO, Karina; BARROS JUNIOR, Orlando (Orgs.). **Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira**. Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heinrich Böll Brasil, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro-RJ: Editora Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: documentos de uma militância panafricanista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

RUFINO, Alzira. **Eu, Mulher Negra, Resisto**. Santos-SP: Gráfica A Tribuna de Santos, 1988.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. *In*: **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v. 31, n. 1, 2018.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e o campo. Rio de Janeiro-RJ: Editora UFRJ, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo-SP: Atlas, 1987.